



INFORMAÇÃO Nº 15/2009

PROCESSO: N.º 43.350/05 (Dois Volumes e Doze Anexos; Processo GDF Apenso n.º 030.004.343/2003)

JURISDICIONADA: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE-SES

EMENTA: Auditoria de Regularidade na SES autorizada por meio da Decisão 3.892/06 para verificar irregularidades descritas pelo PIP nº 08190.023488/03-91 impetrado pelo MPDFT. Improbidade Administrativa. Inexigibilidade de Licitação sem previsão legal. Falhas em Planilha Orçamentária. Irregularidades na Execução do Contrato. Servidores da SES Gerentes de Empresas Privadas. Irregularidade no Encaminhamento de Pacientes. Desconhecimento dos Executores do Objeto Contratual. Equipamentos sem Manutenção. Acumulação Ilícita de Cargos Públicos. Incompatibilidade de Horários. Despesas Irregulares Estimadas: R\$ 316,74 milhões. Prejuízo Estimado em Contratos de Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares: R\$166.607,77. Diligência não atendida. Ofício MPC/DF. Sugestões.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da Auditoria de Regularidade N.º 2.0020.08, autorizada por meio da Decisão n.º 3.892, de 1º de agosto de 2006, com o escopo de apurar questões relacionadas ao Procedimento de Investigação Preliminar – PIP nº 08190.023488/03-91, instaurado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT (fls. 32). Procedeu-se à análise da situação dos contratos da Secretaria de Saúde – SES com a empresa Schinkoeth e a verificação de vínculos societários ou empregatícios de servidores da referida Unidade com empresas contratadas (§ 5º, fls. 205).

2. Após a fiscalização indicada, por meio da Decisão n.º 8.263/08, o Tribunal resolveu:

“(…) II - com fundamento no art. 41, § 2º, da LC nº 01/94, encaminhar cópia do Relatório da Auditoria nº 2.0020.08 à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES, para que, em 60 (sessenta) dias, apresente as considerações que entender pertinentes, informando, inclusive, sobre a adoção de medidas sugeridas naquele Relatório ou sobre a perda de objeto, em face de alterações porventura já implementadas;” (fls. 292)

3. Os documentos mencionados na Decisão foram recebidos na SES em 18.12.08. No entanto, a Jurisdicionada não apresentou considerações sobre o Relatório da Auditoria (fls. 293).

4. Acrescenta-se que, conforme menciona o parágrafo 149 do Relatório da Auditoria de Regularidade n.º 2.0020.08, fls. 243, em 08.08.08, já havia sido



encaminhada à SES/DF, por meio da Nota de Auditoria n.º 06-43.350/05, a Matriz dos Possíveis Achados da Auditoria, com o objetivo de obter daquela Pasta o posicionamento, as justificativas e as informações relativas às medidas adotadas pela Administração acerca dos problemas detectados, não sendo obtido resposta da Jurisdicionada (fls. 243).

5. Diante disso sugere-se ao Egrégio Plenário a adoção das medidas propostas às fls. 247/249. **(Sugestão II)**

Dos Ofícios do Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF

6. Acostou-se aos autos o Ofício n.º 086/2009-PG, da Procuradora-Geral do MPC/DF, e os Ofícios n.ºs 599 e 768/2008-PG, com outros documentos anexos oriundos da SES, que guardam pertinência com estes autos (fls. 296, 297 e 324 a 380).

7. Referidos documentos foram retirados do Processo n.º 10070/05 e juntados a estes autos, recebendo nova numeração. Tratam de denúncias de vínculos de coordenadores de áreas técnicas e executores de contratos da SES com empresas contratadas.

8. O Ministério Público da União/Promotoria de Justiça e Defesa da Saúde – PROSUS apresentou questionamentos à SES acerca dessas denúncias quanto a vínculos de servidores da SES, Coordenadores e Executores de Contrato, com empresas contratadas (fls. 328).

9. Segundo a denúncia, o servidor Sérgio Raimundi Cavechia, Coordenador de Nefrologia da SES, responsável pela atestação de notas fiscais, seria cotista da empresa SEANE – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA CLÍNICA E NEFROLÓGICA (CNPJ 01619412000177) (fls. 329).

10. A Secretaria apresentou declarações de Coordenadores de Áreas Técnicas em que afirmam não possuírem vínculos com empresas que prestam serviços à Secretaria (fls. 332/380).

Dos Levantamentos Efetuados

11. Em consulta efetuada ao Sistema CNPJ da Rede Serpro, na data de ontem, 16.04.09, foram constatados vínculos societários com organizações privadas de servidores listados como Coordenadores de áreas técnicas da SES (fls. 382/400). Veja o resultado do levantamento processado desta feita:

Quadro 01: Servidores com Registro de Sócio-Gerência no Sistema CNPJ

| Servidor | CPF | CNPJ | Empresa |
|----------|-----|------|---------|
|----------|-----|------|---------|



| | | | |
|----------------------------------|----------------|--------------------|---|
| OSORIO LUIS RANGEL DE ALMEIDA | 000.495.491-20 | 04.580.348/0001-56 | DATA COR TELEMEDICINA E INFORMATICA S/C LTDA |
| AVELAR DE HOLANDA BARBOSA | 010.171.281-20 | 05.749.448/0001-26 | CAPAS CAPACITACAO PROFISSIONAL NA AREA DA SAUDE LTDA |
| ERNANE PIRES MACIEL | 380.151.531-15 | 06.096.412/0001-53 | LIQUOR - LABORATORIO E CLINICA NEUROLOGICA S/S LTDA |
| MARIA CRISTINA LANCIA CURY FERES | 062.614.148-66 | 10.622.654/0001-00 | CRISTINA CURY ESPEC. MEDICAS LTDA |
| ROSANA PERES RABELLO | 262.513.610-34 | 03.103.332/0001-90 | RENASCER-SOCIEDADE DE ANESTESIOLOGIA E GINECOLOGIA S/C |
| PAULO HENRIQUE RAMOS FEITOSA | 907.660.674-91 | 02.593.032/0001-73 | CARDIO PULMONAR CENTRO DE DIAGNOSTICOS E TRATAMENTO DAS |
| DIDIMO CARVALHO TELES | 087.009.311-87 | 01.602.606/0001-60 | UROCENTRO CENTRO UROLOGICO DE BRASILIA LTDA |
| | | 04.241.910/0001-17 | ULTRA CENTRO - CENTRO DE IMAGEM E DIAGNOSTICO ULTRASONOGRAFIA |
| ELZA MARIA DOS SANTOS | 209.577.186-91 | 08.334.463/0001-00 | CLINACCOR - CLINICA DE ACUPUNTURA E CARDIOLOGIA |
| BAELON PEREIRA ALVES | 114.175.011-20 | 24.931.727/0001-50 | VITAE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA |
| | | 02.850.277/0001-39 | CENTRO DE VIDEO CIRURGIA E CIRURGIA GERAL LTDA |
| HELIO BUSON FILHO | 150.005.161-68 | 03.005.712/0001-91 | HOSPITAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE DE BRASILIA S/C LTDA |
| | | 37.992.468/0001-10 | INFANTUS - CLINICA E CIRURGIA DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE |
| LUCIANO ROCHA | 144.026.531-34 | 03.756.807/0001-47 | L.A - CLINICA MEDICA LTDA |
| FLAVIO HAYATO EJIMA | 276.098.121-53 | 00.537.944/0001-00 | CLINICA DE CIRURGIA GERAL E PROCTOLOGICA S/C |
| | | 01.012.522/0001-76 | CENDOSCOPIA CENTRO DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA LTDA |
| EMMANUEL CICERO DIAS CARDOSO | 117.031.211-04 | 26.965.442/0001-66 | CEMP - CENTRO ESPECIALIZADO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA |
| RICARDO CASTANHEIRA DE CARVALHO | 153.622.991-15 | 04.792.211/0001-65 | PRO-OFTALMO CLINICA DE OLHOS LTDA |
| ROSALY FERREIRA RULLI COSTA | | 04.363.087/0001-12 | VIVER MULHER CENTRO DE DIAGNOSTICO LTDA |
| PAULO HENRIQUE ALVES SOARES | 806.569.001-72 | 03.989.821/0001-90 | CEON - CENTRO ONCOLOGICO LTDA |
| SÉRGIO RAIMUNDI CAVECHIA | 288.363.916-72 | 05.469.171/0001-88 | CLINICA DO RIM DE AGUAS LINDAS - LTDA |

Fonte: Rede Serpro, fls. 382/400 , Pesquisa em 16.04.09.

12. Dos 35 (trinta e cinco) servidores listados como coordenadores de áreas técnicas (fls. 334/335), 17 (dezessete) são sócios-gerentes de empresas privadas. Desses, 11 (onze) já constam dos levantamentos do Anexo XI, referentes ao Achado 08 do Relatório da Auditoria de Regularidade n.º 2.0020.08, procedida anteriormente nestes autos.

13. Verifica-se que servidores que agora figuram no Quadro anterior não foram identificados quando da Auditoria exordial. Para aquela fiscalização já



havam sido registrados os critérios para o cruzamento das respectivas bases de dados e a limitação temporal dos trabalhos (§123, fls. 237).

14. Consulta ao Sistema de Controle Externo do Tribunal - SISCOEX, em 16.04.09, indicou que não há registros de empenhos emitidos em nome das empresas constantes do Quadro anterior.

15. Quanto ao servidor Sérgio Raimundi, registros do Sistema CNPJ, em 16.04.09, demonstram sua exclusão da base de sócios da empresa SEANE – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA CLÍNICA E NEFROLÓGICA (CNPJ 01619412000177) em 20.08.07. Segundo o SISCOEX, em 16.04.09, referida empresa recebe recursos da SES (fls. 390).

16. Com relação ao exercício de gerência em organizações privadas por servidores da SES, irregularidade de natureza similar foi tratada no Achado 08 do Relatório da Auditoria de Regularidade n.º 2.0020.08. Naquele Relatório fez-se constar que o art. 117 da Lei n.º 8.112/90, aplicável ao Distrito Federal, nos termos da Lei n.º 197/01, veda a atividade de gerência ou de administração em empresa privada (fls. 237).

17. Cabe repisar que o TCDF, por meio da Decisão n.º 42, de 20.07.06, já havia determinado à SES que:

“b.4) alerte a todos os servidores de que, nos termos 117, X, da Lei n.º 8.112/90, é vedada a participação de servidores em gerência ou administração de empresas privadas, de sociedades civis ou não exercem o comércio, exceto na qualidade de acionista, ou comanditário;”

18. Sugeriu-se, naquele Achado 08, que as irregularidades fossem apuradas em Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 143 da Lei n.º 8.112/90, ainda, tendo em vista o disposto no art. 132 da referida Norma. Quanto aos novos servidores, com registro de sócios-gerentes, constantes do Quadro anterior, cabe determinar à SES que inclua as novas situações nos respectivos Processos Administrativos Disciplinares a serem instaurados (fls. 247/249). **(Sugestão II)**

19. Considerando que as situações assemelhadas às descritas nos Achados do Relatório da Auditoria de Regularidade n.º 2.0020.08 podem estar ocorrendo em todos os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, sugere-se recomendar ao Órgão Central de Controle Interno do Distrito Federal que, periodicamente, efetue fiscalizações por meio de cruzamento de bases de dados, buscando sanar irregularidades de natureza similar. **(Sugestão III)**

20. Para tanto, cópias deste Processo devem ser fornecidas às Jurisdicionadas em cena. **(Sugestão IV)**

SUGESTÕES



21. Ante o exposto, sugere-se ao Egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento:
 - a) dos documentos de fls. 295/406;
 - b) dessa Informação de n.º15/2009.
- II. determinar à Secretaria de Estado de Saúde que adote as medidas indicadas às fls. 247/249, inclusive para os servidores listados no Quadro 01 desta Instrução;
- III. recomendar à Secretaria de Ordem Pública, Social e de Controle Interno do Distrito Federal que, periodicamente, efetue, em todo o GDF, fiscalizações por meio de cruzamento de Bases de Dados, buscando sanar irregularidades de natureza similar às elencadas no Relatório da Auditoria de Regularidade n.º 2.0020.08;
- IV. encaminhar à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria de Ordem Pública, Social e de Controle Interno do Distrito Federal cópias desta Instrução e dos documentos relacionados nas Sugestões do Relatório da Auditoria de Regularidade n.º 2.0020.08.

À superior consideração.

Divisão de Auditoria, em 17.04.09.

AFCE/Mat. 632-7

Senhor Inspetor,

De acordo com as sugestões apresentadas, submeto os autos à consideração de Vossa Senhoria.

2ª ICE, Divisão de Auditoria, de de 2009.

CAIO CÉSAR ALVES TIBÚRCIO SILVA

Diretor